



### **Contribuições para o PARPA II GC define datas para o Relatório da SC**

Semana finda, O Grupo de Conteúdos, GC, reuniu na sua quarta sessão de trabalho com o secretariado executivo do G20, para se debruçar sobre o estágio da elaboração do Relatório da sociedade civil contendo as contribuições recolhidas, desde o distrito até à nação, para comporem o PARPAII. Ficou acordado no encontro que, na próxima Quarta Feira, dia 21 de Setembro, será apresentado o relatório preliminar, decorrendo a partir daí o processo do seu debate até a aprovação.

### **Manica formalizou Observatório da Pobreza**

Na Segunda Feira, 12 de Setembro, a Província de Manica constituiu o seu Observatório provincial da Pobreza, OPP, numa sessão em que tomaram parte, directores das direcções provinciais, administradores dos distritos e actores da sociedade civil.

As contribuições da sociedade civil, apresentadas na ocasião, no âmbito do PARPAII, cingiram-se quanto à agricultura, na recomendação de que se deve agilizar dentro do ordenamento em vigor, a legalização das terras onde se desenvolve a agricultura de subsistência.

No sector da educação, a sociedade civil sugeriu a introdução do segundo ciclo em todas as escolas.

Na saúde, Manica clama pela formação de mais técnicos, no mínimo para preencher os postos de saúde existentes, mas sem pessoal especializado.

No observatório provincial foram constituídos três grupos de trabalho, integrando membros do Governo e da SC, nomeadamente, economia, governação e assuntos transversais, com a tarefa de aprofundarem e ampliarem as contribuições da província no contexto do PARPAII.

### **Cabo Delgado quer diálogo institucionalizado**

Em sessão realizada no último dia 13 de Setembro, entre diversos actores da sociedade civil, membros do governo e parceiros de cooperação, a Província de Cabo Delgado oficializou o seu Observatório Provincial da Pobreza.

Na ocasião, a sociedade civil apresentou o seu Relatório que destaca a necessidade de institucionalização das consultas do Governo à sociedade civil.

Por outro lado, recomendou a inclusão, com visibilidade, no projecto actual do PARPAII, dos constrangimentos relacionados com assuntos transversais, meio ambiente, água, educação e saúde e o estabelecimento de mecanismos que garantam um funcionamento flexível das instituições da função pública, utilidade pública e privados de modo a se eliminar o burocratismo.

A sociedade civil reiterou na sessão que o Governo Provincial deve elevar os níveis de abertura com todas as forças vivas, o que o Governador Provincial enquadrará nos esforços que todos devem envidar para o sucesso das metas que estão a ser desenhadas no plano de acção contra a pobreza.

### **Da necessidade de monitoria e fiscalização**

O Secretário executivo do G20, Paulo Cuinica, foi convidado, semana finda, a proferir uma palestra sobre o PARPA, e a participação da sociedade civil na sua elaboração, aos quadros da Fundação para Desenvolvimento da Comunidade, FDC.

Entre os diversos assuntos levantados ao longo do debate, de realçar aspectos relativos à definição das áreas prioritárias do PARPA, o envolvimento da sociedade civil não só na feitura, mas na monitoria e fiscalização do plano, o que introduz a necessidade de se

capacitar os seus actores em questões de base como elaboração e análise de orçamentos e a necessidade de enquadrar no PARPA os respectivos indicadores de avaliação e de monitoria.

Outra constatação sublinha que, os mecanismos ou aspectos de processo de participação na elaboração do PARPA estão, por enquanto, melhores que os aspectos de conteúdos.

Outro assunto reiterado é relativo aos mecanismos de vinculação dos vários intervenientes. Aferiu-se que o Governo fica vinculado à Assembleia da República após a aprovação do seu programa de acção, aí presta contas, mas em relação à sociedade civil, não existe nenhum mecanismo institucionalizado de maneira a que esta possa controlar a implementação do PARPA em que foi chamada a participar na sua elaboração.

### **As contribuições da SC sobre a segurança alimentar**

A Rede de Organizações Não Governamentais em serviço na área de Segurança Alimentar, ROSA, desenhou já as suas contribuições para serem submetidas na elaboração do PARPA II.

Para a ROSA, a erradicação da pobreza e a segurança alimentar são dois desafios que devem ser encarados como prioridades nacionais, exigindo por isso a coordenação de políticas e programas nacionais e regionais e o envolvimento dos sectores público e a sociedade civil.

A ROSA estabelece ainda que para se conseguir uma segurança alimentar estável, os esforços devem ser direccionados às famílias e às suas comunidades para que atinjam uma segurança alimentar inclusiva através da educação nutricional, diversificação alimentar, conservação, introdução de novas tecnologias, protecção do uso e aproveitamento da terra e disponibilidade de meios de produção.

Noutro contexto, a ROSA expõe que a revisão da estratégia nacional de segurança alimentar e nutrição deve considerar a relação entre HIV/SIDA e a nutrição e como a segurança alimentar pode jogar um papel

importante na prevenção das comunidades e na criação de uma maior consciência sobre HIV/SIDA, assim como, no impacto desta pandemia na segurança alimentar.

Noutra vertente, a ROSA defende que as estratégias de desenvolvimento devem estar direccionadas ao aproveitamento das oportunidades que se apresentam, ao mesmo tempo reduzindo o efeito de factores limitantes. Pelo que, as estratégias devem promover o aumento da produção e da produtividade, conservação e garantir o bem estar da população através da utilização, comercialização e renda da sua produção, associados aos serviços de asseguramento da alimentação e nutrição, nomeadamente, educação, saúde e água potável.

Embora reconheça que a questão da segurança alimentar merece um tratamento multisectorial no PARPA I, esta, de acordo com ROSA, não aparece suficientemente incorporada e não reflecte ser um elemento decisivo na redução da pobreza no país.

No PARPA I, a segurança alimentar só aparece explicitamente referida nas áreas da agricultura e saúde, não apresentando indicadores de progresso e de impacto concretos.

Este sentimento encontra-se reflectido no documento de avaliação da implementação da estratégia de segurança alimentar, porque, entende a ROSA, na matriz original do sistema de monitoria e avaliação do PARPA, embora apareçam indicadores de segurança alimentar e nutrição, particularmente na área da saúde e agricultura, estes não foram incluídos nos outros instrumentos de operacionalização do PARPA, como o Plano Económico e Social e no quadro de avaliação do desempenho o que resultou na não monitoria durante a implementação.

Assim, pretende a ROSA que no PAROPA II este aspecto tenha maior relevância.

### **Zambézia divulga relatório**

Foi divulgado recentemente, o relatório Provincial sobre a pobreza na Zambézia. O documento faz uma descrição sobre os grupos de interesse ao nível dos distritos, capacitação de organizações da sociedade civil em matéria do PARPA, formação de formadores distritais, seminários distritais, recolha, processamento de dados e produção do relatório preliminar sobre a pobreza na província, sessões provinciais e distritais de divulgação do documento e o observatório provincial da pobreza.

De acordo com dados contidos no relatório, a Província da Zambézia é a quinta com a mais alta taxa de incidência da pobreza e a segunda com o mais elevado índice de pobreza humana.

### **Reuniões Reuniões Reuniões Reuniões**

**21/9/05**

Encontro de concertação de posições entre as organizações que trabalham nos assuntos dos grupos vulneráveis, criança, idosos e pessoa portadora de deficiência para avaliar o grau de envolvimento na formulação do Relatório Anual da Pobreza entre outros assuntos, as 8h no Hotel Tivoli.

...

O Grupo de Conteúdos reúne pelas 14.30, na sede do Secretariado Executivo do G20 para apreciar o relatório preliminar da SC contendo contribuições para o PARPA II.

...

O Grupo de Trabalho sobre o género reúne às 9.00h na sede do Fórum Mulher.

...

**28/9/05**

O Grupo de Trabalho sobre o desenvolvimento económico reúne às 9h na sede da coligação justiça económica.

Leia e divulgue este canal, esperamos a sua colaboração. Envie para, Telef: 355313, fax: 355333 email: g20@fdc.org.mz